



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45

ATA DA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA
06 de outubro de 2010

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, no Auditório do Anexo I, Térreo, do Palácio do Planalto, Brasília/DF, foi realizada a XIX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia: 1. 9h – Abertura, Aprovação da Pauta da XIX Plenária, Participação da Secretária Geral do Consea – Ministra Márcia Lopes (a confirmar). 2. 9h30 – Informes – IV Conferência e outros informes. 3. 10h – Encaminhamentos das instâncias. 4. 11h – Apresentações e discussão sobre “O Papel do Estado no combate à pobreza e extrema pobreza no Brasil – análise e perspectivas da transferência de renda e outras políticas públicas: Anna Peliano – Pesquisadora do IPEA e Ronaldo Coutinho Garcia – Secretário de Articulação para Inclusão Produtiva/MDS. 4.1 – Debate. INTERVALO ALMOÇO – 12h30 às 14h00. 5. 14h00 – Resultados e desafios do Programa Bolsa-Família na perspectiva dos três setores – MDS, Saúde e Educação. 6. 15h15 – O olhar e os desafios do controle social em relação ao Programa Bolsa-Família – Francisco Menezes – Conselheiro do Consea. 7. 15h45 – A agenda do Consea para Programa Bolsa-Família – Comissão Permanente 4 – DHAA do Consea. 8. 16h15 – Debate e encaminhamentos. 9. 17h30 – Encerramento. Composição da 1ª Mesa: Renato Maluf, Presidente do CONSEA Nacional; Carmem Priscila Bocchi, Coordenadora da Secretaria Executiva do CONSEA; Márcia Lopes, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. 9h – Abertura, Aprovação da Pauta da XIX Plenária, Participação da Secretária Geral do Consea – Ministra Márcia Lopes (a confirmar). Renato Maluf deu por aberta a Sessão, cumprimentando os presentes. A pauta foi aprovada, por unanimidade, conforme apresentada. Passou-se aos informes da Presidência do Consea: 1) Renato Maluf – i) Informou que o Encontro Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos será realizado em novembro/2010, e que a Plenária do Consea acontecerá nos dias 23 e 24 de novembro/2010. ii) Informou que será realizada, em Roma, a primeira reunião do Comitê de Segurança Alimentar Global Reformado. Na delegação brasileira, representando o Consea, irão Renato Maluf e Marília Leão. iii) Informou que a Mesa Diretiva fez um balanço dos desdobramentos da assinatura do Decreto 7272/2010, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar. 2) Gleyse Maria Couto Peiter - Informou que nos dias 11 e 12 de novembro/2010 será realizado um seminário, em parceria com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, visando a COP 16. Tratou-se, em seguida, do Item 2. 9h30 – Informes – IV Conferência e outros informes – Renato Maluf informou que foi constituído um Grupo de Trabalho para preparar a IV Conferência. Foi produzido um documento sistematizando os conhecimentos



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



46 acumulados e falhas das Conferências anteriores. O GT concluiu seu trabalho, e
47 apresentou ao Consea uma estrutura organizativa da IV Conferência: Grupo
48 Executivo (Presidente do Consea - Renato Maluf, Mesa Diretiva – Marília Leão,
49 MDS – Onaur Ruano, Subcomissão de Mobilização e Infraestrutura – Edno
50 Honorato de Brito, Subcomissão de Conteúdo e Metodologia - Pedro
51 Makumbundu Kitoko, Comissão dos Presidentes de Conseas Estaduais – Regina
52 Miranda, Titular e Geraldo Luciano Dumont, suplente, Representante do Estado
53 em que será realizada a Conferência, 2 representantes da Caisan: MDA – Arnaldo
54 Campos, e Ministério da Saúde, Ana Beatriz e Secretária Executiva do Consea
55 Nacional). Subcomissão de Infraestrutura (CP1+3 – Regina Oliveria, CP2 - Gleyse
56 Maria Couto Peiter, CP4 - Aldenora Pereira da Silva, titular e Celiana Barbosa
57 Pereira, suplente, CP5 - Edno Honorato de Brito, CP6 – Antonio Ricardo
58 Domingos da Costa, titular e Valéria Payer, suplente, Comissão dos Presidentes
59 de Conseas Estaduais - Miercio Roberth Lopes Martins, suplente e Marck,
60 suplente). Subcomissão de Conteúdo e Metodologia (CP1+3 - Sônia Lúcia Lucena
61 Souza de Andrade, CP2 – Maria Emília Pacheco, titular e Nathalie Beghin,
62 suplente, CP4 – Irio Luiz Conti, titular e Delzi Maria de Araújo Castro, suplente,
63 CP5 - Pedro Makumbundu Kitoko, CP6 – Luana Lazaarri, titular e Lylia da Silva
64 Guedes Galetti, suplente, Comissão dos Presidentes de Conseas Estaduais -
65 Dulce Terezinha Oliveira Cunha, titular e Eurípia de Faria Silva, 1ª suplente e Katia
66 Cilene de Mendonça Almeida, 2ª suplente. Renato Maluf informou que foi
67 realizada a primeira reunião do Grupo Executivo, e alguns temas foram tomados,
68 dentre eles, local e data para realização da Conferência. O Consea Nacional
69 enviou carta a todos os Governadores e Presidentes de Conseas Estaduais
70 informando sobre a realização da Conferência e perguntando se havia interesse
71 dos mesmos em sediar o evento e dizendo quais critérios para tal. O dia 8 de
72 outubro é a data limite para os interessados enviarem as respostas. O Grupo
73 Executivo realizou uma reunião de emergência para avaliar as respostas já
74 recebidas dos interessados. Não houve nenhuma resposta definitiva, contudo
75 quatro Estados manifestaram interesse em realizar o evento: Mato Grosso, Pará,
76 Piauí e Santa Catarina. O prazo para recebimento das respostas foi prorrogado
77 até o dia 15 de outubro. Como precaução, a Secretária Executiva do Consea
78 reservou o Centro de Convenções de Brasília para realização do acontecimento,
79 nos dias 19 a 26 de novembro deste ano. A resposta para concretização da
80 reserva será até dia 15 de outubro. A Comissão Organizadora solicitou à
81 Secretária Executiva do Consea atualização do Regimento da III Conferência, já
82 pensando na IV Conferência, particularmente no Capítulo que diz respeito aos
83 Delegados. Todas as definições sobre a Conferência foram marcadas para a
84 próxima Plenária do Consea, que acontecerá em novembro deste ano. Na
85 sequência, a Ministra Márcia Lopes se pronunciou a respeito da relevância da
86 pauta desta reunião para a continuidade e consolidação dos trabalhos deste
87 Conselho Nacional de SAN. Informou que o MDS e MDA, juntamente com o
88 Itamaraty e outras instâncias do Governo Federal, estão acompanhando o
89 processo de organização da reunião da FAO sobre SAN, que acontecerá em
90 Roma, este mês. Anunciou que a CAISAN ainda terá duas reuniões em 2010. E é



91 esperado que na última reunião haja a presença de todos os Ministros, para se
92 fazer um balanço dos trabalhos realizados pela Câmara Interministerial. Informou
93 que a CAISAN organizará um Comitê Técnico para a montagem de um documento
94 preliminar de propostas da construção do Plano Nacional de SAN. Falou de suas
95 andanças pelo Brasil, discutindo com Governadores, Prefeitos, Secretários de
96 Estaduais e Municipais temas correlatos à Política Nacional de SAN. Mencionou a
97 importância da realização da IV Conferência Nacional de SAN. E falou que serão
98 envidados todos os esforços para a concretização da mesma. Informou que o
99 Brasil participou da Cúpula de Revisão dos Objetivos do Desenvolvimento do
100 Milênio e da Assembléia Geral da ONU (Ministros Márcia Lopes, Celso Amorim,
101 Nilcéia Freire, Paulo Vanucci e Izabella Teixeira), relatando os trabalhos ali
102 realizados, e dizendo que o Brasil foi mencionado e reconhecido pelos trabalhos
103 realizados na área de SAN e das diversas políticas sociais que o Brasil tem
104 ratificado. Como última atividade do Brasil na reunião da Cúpula, a Ministra Márcia
105 Lopes disse que fez o discurso do Brasil em relação ao cumprimento dos
106 Objetivos do Milênio, que passou a ler nesta Plenária do Consea o
107 posicionamento do Brasil naquele evento. Renato Maluf reafirmou a necessidade
108 de o Consea discutir a questão de gênero no campo da Segurança Alimentar e
109 Nutricional. Informou que a Mesa Diretiva elaborou, e ele, Renato Maluf, como
110 presidente do Consea, assinou a 'Carta Aberta aos Candidatos e à Sociedade',
111 solicitando que os temas relacionados à segurança alimentar e nutricional e do
112 direito humano à alimentação façam parte dos programas de Governo dos
113 candidatos. Essa Carta foi amplamente divulgada na sociedade. Agora o
114 Documento será revisado e novamente divulgado, inclusive enviado formalmente
115 aos candidatos do 2º Turno. A Plenária se manifestou sobre o Documento,
116 considerando a relevância do mesmo, e dando sugestões a respeito dos pontos ali
117 existentes. Como encaminhamento foi deferido envio formal às Coordenações dos
118 Partidos dos candidatos que foram para 2º Turno, sobretudo, aos presidenciáveis,
119 e enviar a Carta também ao Legislativo e Governadores eleitos em 1º Turno.
120 Tratou-se, em seguida, do ponto de pauta 3. 10h – Encaminhamentos das
121 instâncias: 1) Comissão Permanente 1 - Regulamentação e Institucionalização do
122 Sisan/Comissão Permanente 3 - Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar
123 Nutricional - Sílvia Rigon informou que a Resolução RDC ANVISA Nº.24, publicada
124 em 29 de junho de 2010, sobre a regulamentação de propagandas de alimentos
125 foi suspensa por uma Juíza da 16ª Vara Federal de Brasília, alegando que a
126 Resolução fere a liberdade de expressão. Portanto, CGPAN - Coordenação-Geral
127 da Política de Alimentação e Nutrição pede ao Consea que seja portador de uma
128 manifestação pública ao Tribunal de Justiça Federal demonstrando desagrado em
129 função da posição dessa Juíza. 2) Grupo de Trabalho de Desdobramentos da
130 Emenda Constitucional 64/2010 - Irio Luiz Conti informou que o GT dará vazão à
131 segunda fase da Campanha Alimentação Direito de Todos e Todas. E convidou os
132 integrantes de entidades sociais e governamentais que queiram integrar as
133 Comissões internas do GT (Coordenação Executiva, Comissão de Comunicação e
134 Elaboração e Comissão de Mobilização Social), e solicitou que se manifestem até
135 o dia 30 deste mês. 3) Comissão Permanente 5 - SAN das Populações Negras e



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



136 Povos e Comunidades Tradicionais - Pedro Makumbundo Kitoko informou que o
137 Encontro Nacional de Populações Negras, Povos e Comunidades Tradicionais,
138 organizado pela CP5 e previsto para se realizar nos dias 06 a 09 de dezembro de
139 2010, foi adiado para os dias 13 a 16 de abril de 2011. 4) Comissão Permanente 6
140 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas - Antonio Ricardo
141 Domingos da Costa agradeceu ao presidente e Secretária Executiva do Consea
142 pelo recebimento do Inquérito dos Povos Indígenas e informou que das 21
143 propostas elaboradas na Exposição de Motivos, 13 foram priorizadas pela
144 Comissão para que o Consea as acompanhe. 5) Comissão dos Presidentes de
145 Conseas Estaduais - Iramar Cardoso da Silva informou que a Comissão tem uma
146 proposta de criação de um Grupo de Trabalho, visando elaborar orientações para
147 a criação, reformulação, estruturação e funcionamento de Conselhos. Foram
148 aprovados pela Plenária os seguintes encaminhamentos: i) O Consea fará uma
149 manifestação de desagravo a respeito da decisão que suspende a eficácia da
150 Resolução RDC ANVISA Nº. 24, por parte da Juíza Gilda Sigmaringa Seixas, da
151 16ª Vara Federal de Brasília. O tema será tratado pela Mesa Diretiva. ii) O
152 Encontro Nacional das Populações Negras, Povos e Comunidades Tradicionais,
153 organizado pela CP5. iii) Quanto ao GT referido pela Comissão de Presidentes
154 Estaduais, a proposta será encaminhada à Mesa Diretiva, posto que já existe
155 material que trata o tema. Passou a compor a Mesa Anna Peliano e Ronaldo
156 Coutinho Garcia. Na sequência foi feita a apresentação do ponto de pauta 4. 11h
157 – Apresentações e discussão sobre “O Papel do Estado no combate à pobreza e
158 extrema pobreza no Brasil – análise e perspectivas da transferência de renda e
159 outras políticas públicas: Anna Peliano – Pesquisadora do IPEA e Ronaldo
160 Coutinho Garcia – Secretário de Articulação para Inclusão Produtiva/MDS. 1)
161 Anna Peliano – Pesquisadora do IPEA, fez uma explanação sobre os avanços e
162 retrocessos na trajetória das políticas públicas do Governo Federal de combate à
163 fome e à pobreza no Brasil. Abordou temas como os primórdios das políticas de
164 alimentação e nutrição no âmbito das políticas trabalhistas do Governo Vargas. De
165 meados dos anos setenta ao final da década de noventa, várias políticas públicas
166 foram aplicadas que, segundo Anna, o que foi bom não funcionou e o que
167 funcionou não foi bom. Disse que das reviravoltas dos anos noventa, o então
168 Presidente Collor, no início de seu Governo, acabou com todos os programas
169 assistenciais, dentre eles o Programa do Leite. Nessa época começou-se a
170 questionar se era papel do Estado distribuir alimentos ou subsidiar alimentação
171 por meio dos Programas de Abastecimento. Com o Governo Itamar Franco voltou-
172 se a discutir a volta dos programas, e muitos foram retomados, dentre eles o
173 Consea; e a elaboração do Mapa da Fome, solicitada por Herbert José de Sousa
174 (Betinho). Com o Governo Lula aconteceu o coroamento de reivindicações
175 históricas e a garantia constitucional do direito à alimentação. A palestrante
176 concluiu sua fala considerando que o momento é de rever o que foi apreendido e
177 os avanços alcançados e investir nos indicadores de vigilância e segurança
178 alimentar. Disse ainda que a fome é um indicador de que há a necessidade de
179 políticas mais abrangentes. 2) Ronaldo Coutinho Garcia – Secretário de
180 Articulação para Inclusão Produtiva/MDS, apresentou um panorama do



181 desemprego/emprego e produtividade no Brasil. O trabalho é direito garantido pela
182 Constituição Federal de 1988, portanto, o trabalho assalariado formal está
183 protegido no Brasil. Segundo o palestrante, o mercado de trabalho brasileiro não é
184 orientado pelo princípio da equidade e não é produtor de igualdade. Disse que no
185 Governo do Presidente Lula, percebe-se a informalidade no mercado de trabalho
186 cair. Disse também que apesar do recorde na criação de novos empregos, ainda
187 existe uma massa enorme de trabalhadores não protegidos, posto que o mercado
188 de trabalho capitalista é extremamente seletivo. Ronaldo fez um balanço do tempo
189 médio de permanência dos trabalhadores em empregos formais: enquanto em
190 países da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
191 gira em torno de 100 meses, no Brasil, a média é de 62 meses. Falou que as
192 desigualdades sociais brasileiras estão reduzindo mais por força das
193 transferências de renda do que por melhorias salariais. Mencionou a necessidade
194 de uma política de inclusão produtiva, com processos que conduzem à formação
195 de cidadãos integrados à sociedade pelo trabalho e que busque proporcionar
196 prioritariamente à população urbana em situação de vulnerabilidade econômica e
197 social acesso a mecanismos que permitam sua inserção sustentada na produção
198 de bens e serviços. Para acelerar a inclusão produtiva, segundo a apresentação
199 feita, é necessário se aproveitar as oportunidades excepcionais abertas pelos
200 grandes investimentos públicos e privados distribuídos por todo território nacional.
201 Para atenuar os problemas sociais e ambientais, Ronaldo Coutinho, falou da
202 possibilidade de fusão entre PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.
203 Agenda Ambiental, Agenda do Desenvolvimento Regional e Agenda Social, pondo
204 foco agora na inclusão produtiva. Informou que em breve o MDS estará
205 apresentando mecanismos que permitam transformar eventuais problemas em
206 vantagens, fazendo com que o povo de cada lugar se assenhere do seu destino
207 na sua própria região. INTERVALO ALMOÇO – 12h30 às 14h00. 4.1 – Debate:
208 Deu-se continuidade à reunião, na parte da tarde, quando a Plenária fez
209 intervenções a respeito da apresentação de Ronaldo Coutinho. Anna Peliano não
210 pôde permanecer na Sessão por conta de outros compromissos. Passou a compor
211 a Mesa, Onaur Ruano, Secretário Executivo Adjunto do MDS. Ronaldo Coutinho
212 retomou a palavra, e tratou das questões apresentadas pela Plenária: i) Os
213 direitos são alcançados mediante lutas em todos os lugares do mundo, segundo
214 ele. ii) Mesmo nas economias avançadas, desenvolvidas e democráticas, tem-se o
215 assalariado dominante e um conjunto de outros instrumentos de proteção social,
216 muito bem desenhados e operados, mas também tem políticas de apoio ao
217 produtor independente e à economia familiar como também portadoras de direitos.
218 iii) Disse que o fundamental é batalhar de forma criativa e muito referida à
219 realidade concreta da qual vive o Brasil. iv) Quanto à legislação ambiental
220 brasileira, ele disse que se deve reconhecer a luta de todos os brasileiros e não só
221 dos ambientalistas. v) De acordo com seu ponto de vista, o problema é que a
222 exploração é feita de forma predatória, sem considerar as diversas dimensões da
223 vida. O capital não considera a natureza social, ambiental e cultural. vi) Para se ter
224 mais ou menos empreendimentos de Economia Solidária vai depender do grau de
225 desenvolvimento social. vii) Para as políticas serem mais perenes, depende da



226 defesa social a qual elas cumprem. viii) A política de valorização do salário mínimo
227 tem incidência fortíssima na redução da desigualdade e da pobreza. ix) As
228 políticas de transferência de renda, no caso brasileiro, têm um papel decisivo e
229 mais importante do que o aumento do salário mínimo na redução de
230 desigualdades. Passou-se, na sequência, ao ponto de pauta 5. 14h00 –
231 Resultados e desafios do Programa Bolsa-Família na perspectiva dos três setores
232 – MDS, Saúde e Educação. Composição da 2ª Mesa: Renato Maluf; Carmem
233 Priscila Bocchi; Lúcia Modesto, Secretária Nacional de Renda de Cidadania do
234 MDS; Ana Beatriz Vasconcellos, CGPAN do Ministério da Saúde; Daniel Ximenes,
235 Diretoria de Estudos e Avaliação de Vulnerabilidades Educacionais da
236 SECAD/MED/MEC; Francisco Menezes, IBASE - Instituto Brasileiro de Análises
237 Sociais e Econômicas e Conselheiro do Consea Nacional; Elisabetta Recine, CP4
238 do Consea. 10 1) Lúcia Modesto - Secretária Nacional de Renda de Cidadania do
239 MDS, apresentou um balanço do Programa Bolsa Família, um importante
240 programa no âmbito das políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas nos
241 últimos sete anos. A gestão do Bolsa Família não é exclusiva do Ministério do
242 Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ele opera em parceria com o
243 Ministério da Saúde, Ministério da Educação e principalmente com os municípios,
244 onde de fato é feita a identificação e acompanhamento das famílias e a oferta do
245 serviço de saúde e educação. Lúcia Modesto informou que houve um
246 aperfeiçoamento de sistemas fundamentais para a execução do Programa, que
247 culminará com o lançamento da nova versão do aplicativo do Cadastro Único, em
248 2010, e do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família, em 2011, para que o
249 acesso às informações seja mais facilitado para todos aqueles que acompanham
250 e trabalham em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social. Apresentou
251 um cronograma de uma Rede de Proteção Social que vem sendo montada pelo
252 MDS, visando atingir famílias e indivíduos vulneráveis nos territórios. E também
253 apresentou as dimensões e objetivos do Programa Bolsa Família, e suas
254 características. A palestrante apresentou as características do Cadastro Único e
255 do Programa Bolsa Família: 1) Cadastro Único - Público-alvo: famílias com renda
256 per capita de 1/2 salário mínimo (R\$ 255,00) ou com renda familiar total de até 3
257 salários mínimos (R\$ 1.530,00). O Cadastro Único possui aproximadamente 18,6
258 milhões de famílias, das quais 12,8 milhões são beneficiárias do PBF. 2)
259 Programa Bolsa Família - Público-alvo: famílias com renda per capita de até R\$
260 140. Famílias com renda per capita de até R\$ 70 recebem um benefício básico,
261 além dos benefícios variáveis (associados à presença de crianças e
262 adolescentes). Famílias com renda per capita acima de R\$ 70 até R\$ 140
263 recebem apenas benefícios variáveis. A palestrante apresentou uma visão geral
264 da gestão compartilhada, da ação intersetorial e do controle social, no que tange
265 ao Programa Bolsa Família. Disse que é dado ao município um papel
266 preponderante, mas que ele não tem o papel da concessão do benefício. O
267 benefício é feito em nível nacional, a partir de uma base de dados. Os objetivos do
268 acompanhamento das condicionalidades é a identificação de vulnerabilidades:
269 Incentivar o acesso das famílias aos serviços de saúde e educação.
270 Responsabilizar o poder público pela prestação dos serviços. Acompanhar o



271 acesso das famílias beneficiárias aos serviços. E Identificar as famílias em
272 situação de maior vulnerabilidade que não acessam os serviços de educação e
273 saúde. Esse acompanhamento é feito em populações específicas, como Indígenas
274 e Quilombolas, posto que essas populações apresentam um certo nível de
275 descumprimento das condicionalidades. Falou que em 2009 foi aprovado pela
276 Comissão Intergestores Tripartite o Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios e
277 Serviços no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, definindo
278 procedimentos para acompanhamento familiar dos beneficiários do PBF, do BPC
279 e do PETI pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e CREAS.
280 Ainda: o Bolsa Família foi responsável por 16% da redução da desigualdade
281 ocorrida entre 1999 e 2009, e que responde por $\frac{1}{3}$ da redução da extrema pobreza
282 ou 18%; e a severidade da pobreza em cerca de $\frac{1}{4}$, ou seja, de 5,9% para 4,6%.
283 O benefício médio de R\$ 96,00 consegue produzir um aumento de 48% médio na
284 renda dos beneficiados do Programa no Brasil inteiro, com impacto maior no
285 Nordeste. Disse também que se percebe que o Programa tem contribuído na área
286 da Educação, para a redução do abandono escolar dos estudantes beneficiários;
287 para a aprovação dos beneficiários da educação fundamental; o Programa
288 também é responsável pelo aumento da frequência escolar de crianças e
289 adolescentes entre 6 e 17, e aumenta a aprovação escolar de crianças e
290 adolescentes entre 6 e 17 anos. Quanto à área da Saúde, Lúcia disse que as
291 grávidas beneficiárias do Programa têm 1,5 consultas pré-natal a mais do que as
292 grávidas não beneficiárias com igual perfil socioeconômico. E a proporção das
293 crianças beneficiárias com vacinação em dia foi superior à encontrada para
294 crianças não beneficiárias de igual perfil socioeconômico. Lúcia Modesto concluiu
295 sua fala, apresentando as possíveis linhas de evolução do Bolsa Família: i)
296 Dimensionamento do público-alvo; ii) O critério de elegibilidade do PBF tem sido
297 reajustado pela inflação. Uma alternativa seria criar uma regra para o reajuste da
298 linha de pobreza do Programa que incorporasse não apenas a inflação, mas
299 também parte dos ganhos de renda da população; iii) Definição de uma regra de
300 reajuste de benefícios; iv) Os benefícios têm sido reajustados para reposição da
301 inflação de forma discricionária. É importante definir uma regra de reajuste
302 periódico que incorpore parte dos ganhos de renda da população; v) Inclusão da
303 população “pobre” (renda entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00) sem filhos; vi) Criação de
304 um benefício básico para esse grupo, que poderia ter valor menor do que o
305 benefício básico. 2) Daniel Ximenes - Diretoria de Estudos e Avaliação de
306 Vulnerabilidades Educacionais da SECAD/MED/MEC, iniciou sua fala dizendo que
307 o Ministério da Educação reconhece a importância do debate agora posto em
308 Mesa. Na sequência, apresentou um panorama do acompanhamento da
309 Frequência Escolar de Crianças e Adolescentes em situação de Vulnerabilidade.
310 Disse que a efetivação do direito na educação depende da articulação das
311 diversas políticas públicas. Chamou atenção para os resultados da última PNAD -
312 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, no que tange às desigualdades
313 educacionais: as pessoas de 15 anos ou mais de idades, dos 20% mais pobres e
314 dos 20% mais ricos, no Brasil, há uma diferença de escolaridade média/ano



315 concluídos de estudos, a diferença é mais que o dobro a favor dos ricos (pobres:
316 5,3 anos e ricos: 10,7 anos). E das pessoas de 16 anos com ensino fundamental
317 completo, dos 20% mais pobres, 40% concluíram o ensino fundamental, e dos
318 20% mais ricos, foram 86% a concluírem o ensino fundamental. Na sequência, o
319 palestrante passou a apresentar dados sobre Taxas de Escolarização e
320 rendimento escolar de jovens entre 15 e 17 anos, de 2004 a 2009, no Brasil. O
321 aumento no desenvolvimento escolar está sendo puxado pelos mais pobres,
322 graças às várias políticas educacionais do Ministério da Educação, segundo ele.
323 Cerca de 16 milhões de alunos de 06 a 17 anos são acompanhados
324 bimestralmente, abrangendo cerca de 40% das matrículas no Ensino
325 Fundamental. No Nordeste atinge mais de 50% das matrículas no Ensino
326 Fundamental. Por conta do Bolsa Família, os alunos de 15 e 16 anos, vão
327 permanecendo na escola, e têm perspectiva de continuar nela. A frequência
328 escolar de jovens mais pobres também nessa idade aumentou de 81% para
329 85,2%. O objetivo desse acompanhamento é estimular a permanência e
330 progressão escolar pelo acompanhamento individual dos motivos da baixa
331 frequência (ou da não-frequência) do aluno em vulnerabilidade e sua superação,
332 com vistas a garantir a conclusão do ensino fundamental e a continuidade dos
333 estudos no ensino médio; a busca da estabilidade do “percurso educacional
334 regular” às crianças de todas as classes sociais, e provoca o diálogo intersetorial
335 entre a educação e demais áreas sociais. 3) Ana Beatriz Vasconcellos, CGPAN do
336 Ministério da Saúde, começou sua fala dizendo que o compromisso do SUS -
337 Sistema Único de Saúde com as famílias do Programa Bolsa Família é ofertar
338 serviços a mulheres e crianças até 07 anos que visem o cumprimento do
339 calendário de vacinação; seguimento do calendário de consultas de pré-natal da
340 gestante e da assistência pós-parto; e a realização da vigilância nutricional de
341 crianças menores de sete anos. E o grande esforço do Ministério da Saúde é
342 organizar essa atenção básica de saúde, através do Saúde da Família.
343 Apresentou a evolução da média do percentual de beneficiários do Programa
344 Bolsa Família acompanhados para as condicionalidades de saúde em função da
345 cobertura da Estratégia de Saúde da Família: em 2005 era de 0,5 a 10%, e em
346 2010 passou para praticamente 67% das famílias acompanhadas e registradas.
347 Ressaltou que o SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional faz a
348 vigilância alimentar e o acompanhamento das inúmeras desigualdades do ponto
349 de vista alimentar e nutricional. Falou das diversas atividades realizadas pela
350 CGPAN, como cursos à distância, treinamento e capacitações. Apresentou um
351 quadro do perfil epidemiológico dos beneficiários do Bolsa Família, realizado pelo
352 Ministério da Saúde. E disse que em 2010, está sendo feita uma coleta específica
353 do perfil epidemiológico dos beneficiários dos Bolsa Família e do desempenho dos
354 serviços básicos de saúde. Apresentou, a seguir, uma agenda de integração do
355 SUS com o PBF: i) Aprimorar e integrar as agendas da saúde e assistência social
356 para as famílias do PBF com participação social. ii) Repartir responsabilidades
357 sobre a inclusão das famílias (pauta dos ACS). iii) Adotar o enfoque de Territórios
358 de Responsabilidade, articulando os equipamentos sociais em prol da redução da
359 pobreza e desigualdade. iv) Responder às necessidades de saúde globais das



360 famílias do PBF. v) Ampliar acesso e a qualidade da atenção prestada. Esclareceu
361 que a proposta do Sistema Único de Saúde é responder as necessidades de
362 saúde global das famílias do Bolsa Família. Dando continuidade ao tema, 6. 15h15
363 – O olhar e os desafios do controle social em relação ao Programa Bolsa-Família
364 – Francisco Menezes – Conselheiro do Consea, começou sua fala sugerindo uma
365 Plenária do Consea, onde se possa tratar da Segurança Alimentar e Nutricional
366 das populações em condições mais vulneráveis. Falou que o tema do Controle
367 Social é visto pelo Consea como um elemento chave para as políticas públicas
368 que pretende promover o direito e a justiça social. Disse que falar do Controle
369 Social e do PBF o obriga a voltar ao início da formação do Programa. Portanto, fez
370 um breve relato de como tudo começou. Para ele, o Bolsa Família começou com
371 um desafio em relação ao Controle Social, pois teria que se fazer uma prática que
372 garantisse uma nova construção do Controle Social. Informou que segundo
373 pesquisa do IBASE, lançada em 2008, observou-se uma vulnerabilidade grande
374 no Controle Social do Programa, como uma pequena participação dos Conselhos
375 Municipais no Controle Social. Por outro lado, as instâncias de Controle Social
376 tinham um grande desconhecimento sobre o Programa. Sobre o desconhecimento
377 do Programa, por parte das Instâncias, Francisco Menezes considera que se deve
378 fazer uma discussão permanente sobre o assunto, tornando o Programa mais
379 conhecido efetivamente. Disse sentir-se satisfeito com os processos de
380 capacitação realizados pelas Instâncias de Controle Social e com as medidas de
381 apoio para fortalecer as condições das mesmas, a partir de 2011. Disse ser
382 preciso haver iniciativas no sentido de que os municípios também se encarreguem
383 ou compartilhem essas condições, que devem ser dadas a essas instâncias. Falou
384 da importância de o Controle Social pelos titulares do Programa e até aqueles que
385 deveriam ser titulares. Portanto, reconhece que para haver esse fortalecimento,
386 esses titulares do direito devem falar por si mesmos. Por fim, falou da necessidade
387 de se discutir mais profundamente qual é esse Controle Social e o que se deseja
388 deles, e os diversos desafios por ele postos. Renato Maluf informou que o vídeo
389 'Pratos', usado para divulgar a Campanha da Emenda Constitucional 047,
390 recebeu, na Categoria Prata, o Prêmio Voto Popular da Revista About e do Portal
391 Propaganda 2010, uma das mais importantes premiações da propaganda
392 brasileira. Dando seqüência à pauta, 7. 15h45 – A agenda do Consea para
393 Programa Bolsa-Família – Comissão Permanente 4 – DHAA do Consea -
394 Elisabetta Recine - Conselheira do Consea, começou dizendo que a missão da
395 CP4 é contribuir para a implantação de uma cultura de direitos onde as políticas e
396 programas públicos de SAN sejam planejados e implementados segundo os
397 princípios e diretrizes dos direitos humanos, em particular o DHAA. Na seqüência,
398 apresentou um breve histórico do processo de análise do Programa Bolsa Família
399 na Perspectiva dos Direitos Humanos. E relatou as principais recomendações ao
400 PBF para incorporação das dimensões e princípios dos DHs. Em relação à
401 produção de materiais, de estratégias de comunicação, e de ações de formação e
402 capacitação dos agentes públicos, disse que o objetivo é implantar e formatar uma
403 cultura de direitos em relação ao Programa. Falou da importância de o Estado se
404 organizar para prestar uma ação de diminuição de desigualdade para os grupos



405 mais vulnerabilizados. Considerou que os materiais de divulgação do PBF ainda
406 são tímidos na explicitação dos direitos. E que o desafio agora é que todas as
407 ações de formação incluam conteúdos sobre direitos humanos; prevejam ações
408 específicas de formação sobre os princípios e dimensões dos DHs para os
409 diferentes sujeitos envolvidos na implementação do PBF; garanta que as ações de
410 formação sejam contínuas para minimizar a rotatividade dos agentes públicos que
411 operam o PBF; e amplie os recursos financeiros destinados às ações de
412 formação. Falou da necessidade de fortalecer o Controle Social. A CP4 considera
413 importante investir na qualificação e na ampliação da representação dos diferentes
414 setores da sociedade dentro do Controle Social. Quanto à tendência à exclusão
415 dos mais vulnerabilizados e limitações do Cadastro Único, informou que existe
416 todo um investimento em relação à qualificação do processo de cadastramento.
417 Informou que As CPs 4, 5 e 6 e representantes do Movimento de Populações em
418 Situação de Rua analisaram três guias específicos de procedimentos de
419 cadastramento das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e das
420 Populações em Situação de Rua. Disse que há uma recomendação para se abrir
421 uma discussão sobre os critérios de cadastramento no Cadastro Único. A idéia da
422 CP4 é que mais do que condicionalidades, a família deve ter atendimento
423 prioritário nas ações públicas. A Conselheira falou que o DHAA só será
424 plenamente atendido quando os instrumentos de exigibilidade estiverem
425 funcionando. Assim, foi proposto como instrumentos básicos: i) Os direitos,
426 obrigações, e responsabilidades dos diferentes sujeitos envolvidos na
427 implementação do programa; ii) Um fluxograma de reclamações; iii) As dimensões
428 dos direitos humanos dentro do Programa Bolsa Família. Elisabetta apresentou
429 dez dimensões de direito para indivíduos, famílias, grupos e povos dentro do
430 CadÚnico. O objetivo é garantir que o processo de cadastramento ocorra de forma
431 articulada e coordenada com ações para expedição imediata de documentos de
432 identificação. O desafio é fazer com que os instrumentos de exigibilidade estejam
433 disponíveis e em funcionamento. A CP4 propôs ao Consea fazer uma discussão
434 sobre um programa de renda básica na perspectiva da transferência de renda em
435 outras dimensões. Passou-se, a seguir, às manifestações da Plenária, 8. 16h15 –
436 Debate e encaminhamentos: O Senhor Carlos Ferrari, presidente do CNAS -
437 Conselho Nacional de Assistência Social se manifestou dizendo que o Conselho
438 Nacional de Assistência Social também está planejando pautar na sua próxima
439 reunião a temática do Bolsa Família e do Controle Social. E fez uma breve
440 contextualização das atividades do Conselho, mencionando a Política Nacional de
441 Assistência Social, e suas nuances. Propôs a montagem de um Grupo de
442 Trabalho entre CNAS e Consea para tratar das questões do PBF e Controle
443 Social. O Consea aceitou o convite de Carlos Ferrari para participar da próxima
444 Plenária do CNAS, e também concordou com a elaboração do GT. A Senhora
445 Irânia Maria da Silva Ferreira Marques, representante da Fundação Nacional do
446 Índio reafirmou que a Funai participará mais efetivamente dos trabalhos deste
447 Conselho. Na sequência, outros membros da Plenária reagiram às exposições da
448 Mesa, ressaltando a importância do tema tratado e parabenizando o Consea pela
449 iniciativa. A palavra retornou aos membros da Mesa, para fazerem suas últimas



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



450 manifestações: 1) Lúcia Modesto: i) Informou que o MDS fará sugestões e
451 comentários ao relatório do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. ii) O MDS
452 entende a dificuldade de entendimento do PBF pelas famílias. E informou que em
453 2009 foi feita uma pesquisa sobre o PBF, onde, dos 11 mil beneficiários, 92% dos
454 entrevistados conhecem bem o que preconiza o Programa, e 80% deles souberam
455 explicar corretamente os critérios de elegibilidade. E estão sendo distribuídas,
456 desde o início do ano, 15 milhões de agendas explicando procedimentos do
457 Programa. iii) Informou que muito dos aperfeiçoamentos propostos em Plenária,
458 dependem de alteração da Lei 10.836, que instituiu o Programa Bolsa Família. iv)
459 Quanto às condicionalidades, informou que as famílias podem voltar ao PBF. v)
460 Informou que existem pelo menos 60 projetos de lei de alteração do PBF no
461 Congresso Nacional, todos no sentido de mais sanções e mais restrições. vi)
462 Disse não entender que deva ser encaminhada Exposição de Motivos ao
463 Presidente da República sobre os aperfeiçoamentos sugeridos ao PBF. vi) Sobre
464 a questão dos negros e pardos, informou que existe uma publicação sobre o perfil
465 das famílias beneficiárias do Bolsa Família, onde constam todos os indicadores do
466 público do Bolsa. 2) Daniel Ximenes: O Ministério da Educação agradeceu ao
467 convite de estar nesta Plenária do Consea, e colocou-se à disposição para
468 avançar no debate da intersectorialidade. Renato Maluf e Francisco Menezes se
469 ausentaram da reunião por conta do horário de vôo e de outros compromissos em
470 São Paulo. 3) Ana Beatriz Pinto de Almeida Vasconcellos: Agradeceu ao convite
471 por estar nesta Plenária, e pôs-se à disposição para aprofundar e prolongar temas
472 em que a Saúde esteja presente, no Consea e nos fóruns de intersectorialidade. 4)
473 Elisabetta Recine: Propôs para a agenda de cooperação da SENARC - Secretaria
474 Nacional de Renda de Cidadania com a CP4 do Consea tratar da questão dos
475 materiais de formação e informação em relação à busca dos direitos e da
476 cidadania das famílias que são atendidas pelo Programa. 9. 17h30 –
477 Encerramento: Marília Medonça Leão lembrou a proposta do presidente do CNAS,
478 Carlos Ferrari, sobre a montagem de um GT entre aquele e este Conselho. E
479 propôs para 2011, o Consea trabalhar na revisão do arcabouço legal do Programa
480 Bolsa Família. Por fim, deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de
481 todos.

482
483
484

Renato Maluf
Lopes
Presidente

Márcia
Secretária



**LISTA DE PRESENÇA DA ATA DA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSEA NACIONAL**

06 de outubro de 2010

SOCIEDADE CIVIL

Aldenora Pereira da Silva
Ana Lúcia Pereira
Antônio Ricardo Domingos da Costa
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Gilberto Portes de Oliveira
Gleyse Maria Couto Peiter
Irio Luiz Conti
José Ribamar Araújo e Silva
Lino de Macedo
Marília Mendonça Leão
Naidison de Quintella Baptista
Pedro Makumbundu Kitoko
Regina Miranda
Rosane Bertotti
Suzana Costa Coutinho
Roberta Caldo
Tereza Costa
Maria Moraes de Carvalho Mota

SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL

Dulce Terezinha Oliveira da Cunha
Edécio Vigna
Elisabetta Recine
Elisângela dos Santos Araújo
Haroldo da Silva Ferreira
José Divino Lopes Filho
Nelito Nonato Donerlas

REPRESENTANTES DOS MINISTROS

Aloísio Lopes Pereira de Melo- Ministério da Fazenda
Crispim Moreira – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Egon Krakhecke – Ministério do Meio Ambiente
Roseli Bueno de Andrade

OBSERVADORES

Carlos Ferrari – CNAS
Meiry Andrea Borges David – Talher Nacional
Olga L. Matos – Heifer do Brasil



Cláudia Márcia Ramos Roseno – Serviço Social do Comércio – SESC
Rosana Heringer – Actionaid Brasil
Sérgio Sauer – Relatoria do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação

CONVIDADOS

Dorotea Blos
Emanuel Barreto de Oliveira
Emília Botelho
Iramar Cardoso da Silva
Igor da Costa Arsky
Luana Lazzeri Arantes
Marcos Luiz da Cunha Jota
Mariana Santarelli
Sílvio Porto
Tutmés Toledo Gomes Marcelino
Madalena Sophia Oliveira Pinheiro Vellar de Queiroz
Nildes de O. Andrade
Marco Antônio Gonçalves
Maria Roseli Garcia de Oliveira
Beatriz Camila
Cláudio R. (...)
Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota
Seleide Rowe Camargo
Maria de Fátima Duarte Tavares
Andrei dos Santos Soares
Breno (...)
Marco Aurélio Loureiro
Cibele de Oliveira
Luciana Jaccoud
Lúcia Modesto
Gisele Mêne de Castro
Paulo Alexandre C. Lins
Vene(...) Emília
Daniel de Aquino Ximenes
Conceição (...)
Rosângela Maria S. Sousa
José de Ribamar O. da Silva
Neila Batista
Ronaldo Coutinho Garcia
Anna Maria Peliano
Marília Leão
Ana Creuza Oliveira
Ana Beatriz Vasconcelos
Danielle Cancela Cronemberg
Kathleen Sousa Oliveira



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



Vera Maria Moura Enrique Azevedo
Marcelo Piccin
Janine Castilho
Juarez A. Martins
Deputado Nazareno
Rovênio Neuwald